



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS
PRÓ-OUTEIRO

Relatório de
Atividades e Contas
2025

31/03/2026



PRÓ-OUTEIRO

Relatório de Atividades e Contas 2025

Conteúdo

1. Enquadramento	2
2. Apresentação da Instituição.....	3
3. Relatório das Atividades Realizadas.....	5
4. Anexo às Contas	12
6. Demonstrações financeiras	36
7. Parecer do Conselho Fiscal	39



1. Enquadramento

Caros Sócios, Utentes e Colaboradores da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro.

Dirijo-vos esta mensagem com otimismo e confiança. Continuamos a trilhar o nosso caminho, de olhos postos no futuro e com a convicção da qualidade do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Entramos, este ano, em fase de estabilização financeira, graças ao esforço, dedicação e empenho de todos aqueles que, direta ou indiretamente, trabalham na, com e para a Associação. Esta estabilização será ainda apoiada com a venda do edifício do ATL da Escola Básica do Outeiro ainda durante este ano.

Também para 2026, está previsto o início da construção do novo edifício da Associação, melhorando as condições da nossa atividade e, assim, beneficiando aqueles que são mais importantes para nós: os nossos utentes. Este novo edifício é mais um passo na prestação de um serviço de excelência, para toda a nossa comunidade, permitindo-nos estender a nossa atuação a cada vez mais pessoas, com cada vez mais qualidade.

Despeço-me com um enorme agradecimento a todos vós, que nos acompanham diariamente. Só convosco foi possível chegarmos onde estamos, e só convosco será possível continuar o percurso traçado, sempre com foco na qualidade e abrangência dos nossos serviços, melhorando continuamente para beneficiar aqueles que mais precisam de nós.

Muito obrigado a todos.

O Presidente

Diamantino Nunes


Lalária



Handwritten signatures and the name 'Lolá Arice' in blue ink.

2. Apresentação da Instituição

A AMPO – Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1983, com sede no lugar do Outeiro, concelho de Oliveira de Azeméis. A instituição tem como missão apoiar a população, em especial as pessoas idosas e as suas famílias, promovendo o seu bem-estar, dignidade e qualidade de vida através da prestação de serviços de apoio social adequados às suas necessidades.

Ao longo dos anos, a AMPO tem vindo a consolidar e alargar a sua intervenção na área social, desenvolvendo atualmente as respostas de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

A atuação da instituição baseia-se em valores de solidariedade, respeito, confiança e responsabilidade, privilegiando um acompanhamento próximo, humanizado e centrado na pessoa. Paralelamente, procura promover a integração social dos utentes e apoiar as famílias, contribuindo para uma comunidade mais inclusiva e solidária.

A Direção da AMPO mantém o compromisso de assegurar uma gestão responsável e sustentável, apostando na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e no desenvolvimento de respostas sociais ajustadas às necessidades da comunidade.





Constituição dos Órgãos Sociais

Mandato de 23 de Fevereiro 2023 a 31 de Dezembro de 2026.

Assembleia Geral:

Presidente: António Eduardo Rebelo Santos Valente, sócio n.º 1279

1.º Secretário: António Da Silva Xará, sócio n.º 947

2.º Secretário: Luís Manuel Peixoto de Sousa Teixeira, sócio n.º 1738

Direção:

Presidente: Diamantino José Silva Nunes, sócio n.º 1270

Vice-Presidente: José Manuel Esteves da Silva Pinto, sócio n.º 1236

Secretário: José Júlio Pereira Nascimento, sócio n.º 1471

Tesoureiro: Manuel Brandão dos Santos, sócio n.º 1166

1.º Vogal: Pedro Renato da Silva Santos, sócio n.º 1284

2.º Vogal: Maria Deolinda Soares Silva Correia, sócio n.º 1103

3.º Vogal: Sílvio dos Santos Correia, sócio n.º 1105

1.º Suplente: Clarice da Conceição Lemos Carvalho Brandão Santos, sócio n.º 1175

2.º Suplente: José Maria Tavares da Silva, sócio n.º 1341

Conselho Fiscal:

Presidente: João Carlos Mesquita, sócio n.º 885

1.º Vogal: Maria La- Salette Soares Silva Vieira, sócio n.º 630

2.º Vogal: Paulo Vieira dos Santos Pinto, sócio n.º 22

1.º Suplente: Jaime Manuel da Silva Marques, sócio n.º 1278

2.º Suplente: Carlos dos Santos Mesquita, sócio n.º 1027

3.º Suplente: Maria Aurelina Gonçalves Silva Nunes, sócio n.º 1279



3. Relatório das Atividades Realizadas

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços em horário diurno de segunda a sexta-feira (08:00h às 20:00h). Tem capacidade para 25 utentes e durante o ano de 2025 teve sempre a capacidade máxima preenchida atingida, com idades compreendidas entre os 67 e os 97 anos, distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis.

O Centro de Dia no momento permanece como uma resposta social da AMPO com elevada procura, dado que vai ao encontro das expectativas e necessidades das pessoas, confirmando o valor público da abordagem ao problema do apoio social da instituição.

De forma a contabilizar o material previsto no plano de atividades e orçamento de 2025, apresentamos a seguinte tabela que demonstra os gastos reais de acordo com a previsão realizada, acrescentando as necessidades e materiais não planeados.

Previsão do Ano 2025 VS Real			
Material	Quantidade	Valor Estimado Real	Valor Real Gasto
Televisão 75" + suporte de parede	1	1000€	722,48 (Aquisição só TV)
Cadeirões com levante	6	2200€	810€ (2 unid)
Barra de apoio para wc	4	223,6€	n/adquirido
Mesas para o refeitório	4	703,56€	n/adquirido/doação
Armário com chave para wc	1	150€	69,90€
Almofadas para posicionamento	10	25€	n/adquirido
Cadeira para mesas	20	700€	n/adquirido
Toalhas de mesa	40	150€	120€



PRÓ-OUTEIRO

Relatório de Atividades e Contas 2025

Cabide de pé	1	32,95€	n/adquirido
Canecas para o chá	5	9,95€	n/adquirido/doação
Colheres de sopa	10	10€	12€
Garfos	10	10€	12€
Facas	10	10€	12€
Material/Necessidades não planeadas			
Fardas	4	-	150€
Cacifos c/ chave (individuais para utentes)	18	-	372,99€
Fogão portátil	1	-	73,50€
Wc de banhos + Sala de enfermagem (Reformulada)	1	-	4.000€
Toalhões de Banho	4	-	45€
Estores elétricos	2	-	1.271,82€

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social desenvolvida para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com funcionamento diário de 24h, que desde a sua abertura, tem tido uma procura constante e com a taxa de ocupação sempre preenchida.

Durante o ano de 2025, a sua capacidade esteve sempre preenchida. Com um total de 25 utentes, com idades compreendidas entre os 62 e 99 anos.

De forma a contabilizar o material previsto no plano de atividades e orçamento de 2025, apresentamos a seguinte tabela que demonstra os gastos reais de acordo com a previsão realizada, acrescentando as necessidades e materiais não planeados.

Handwritten signatures and initials:
 J. J. Silva
 Cláudia
 [Signature]
 [Signature]

Previsão do Ano 2025 VS Real			
Material	Quantidade	Valor Estimado Real	Valor Real Gasto
Bonés para os utentes	30	93,84€	n/adquirido
Almofadas para posicionamentos	25	62,50€	n/adquirido/doação
Edredões brancos	30	750,00€	n/adquirido
Canecas	30	60,00€	n/adquirido/doação
Fardas	20	400,00€	750,60€
Material/Necessidades não planeadas			
Caixotes do lixo em Inox	4	-	32,00€
Toalhas de banho	8	-	44,80€
Chaleiras	2	-	40,00€
Secadores de Cabelo	2	-	50,00€
Telemóvel ERPI	1	-	110€
Pintura ERPI	1	-	6.800,00€
Tablets	3	-	622,38€



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Lolauice'.

Serviço de Apoio ao Domicílio

A AMPO durante o ano de 2025 prestou Serviço de Apoio ao Domicílio a 90 utentes com uma média de idades de 85 anos (mínimo 49 anos e máximo 98 anos), distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O nosso principal objetivo é promover o conforto e qualidade de vida de cada utente e evitar institucionalizações desnecessárias. Priorizamos a permanência de cada idoso no seu domicílio, possibilitando a harmonia entre hábitos e os costumes que traduzem a sua história de vida.

De forma a contabilizar o material previsto no plano de atividades e orçamento de 2025, apresentamos a seguinte tabela que demonstra os gastos reais de acordo com a previsão realizada, acrescentando as necessidades e materiais não planeados.

Previsão do Ano 2025 VS Real			
Material	Quantidade	Valor Estimado Real	Valor Real Gasto
Fardas	15	400,00€	562,95€
Material/Necessidades não planeadas			
Colchões de pressão alterna	4	-	100,00€
Camas articuladas	2	-	1587,00€

Atividades Psicomotoras e Socioculturais

Como sabemos, ao envelhecimento está frequentemente associado uma diminuição progressiva das capacidades psicomotoras e cognitivas. Dessa forma, é imprescindível que exista diariamente estimulação ao nível destes fatores, de forma a retardar e prevenir algumas perdas. Na AMPO trabalhamos diariamente para que tal não aconteça.

Assim, de forma a contabilizar o número total de atividades realizadas no ano de 2025 nas três valências (SAD, Centro de Dia, ERPI), estes foram os valores obtidos:

M. Almeida
blavice
[Signature]
[Signature]

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI):

- 456 atividades de cariz psicomotor (duas vezes por dia);
- 53 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 280 atividades realizadas pelas Auxiliares de Ação Direta (AAD) (fins-de-semana, feriados e férias da técnica responsável pelas atividades do setor), das quais 52 foram idas à Capela do Outeiro, para assistir à Eucaristia Dominical;
- 11 atividades interinstitucionais.

Centro de Dia (CD):

- 456 atividades de cariz sociocultural;
- 52 visitas ao exterior, de periodicidade semanal;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima;
- 50 atividades realizadas pelas AAD (férias da técnica responsável pelas atividades do setor);
- 11 atividades interinstitucionais.



Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD):

- 24 programas "Tardes em Festa";
- 8 visitas à AMPO para comemoração de datas festivas;
- 1 passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima.

Em suma, no Plano Anual de Atividades de 2025 o orçamento previsto era de 3500€, no entanto, tendo em conta as atividades extra que foram surgindo ao longo do ano, como Visitas ao Exterior, parcerias entre escolas (JI Outeiro, Escola Ferreira de Castro, Escola Superior de



PRÓ-OUTEIRO

Handwritten signature and date: 10/10/2025

Relatório de Atividades e Contas 2025

Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis) o valor total gasto no ano de 2025 foi 3960€.



Em 2025, a AMPO assumiu a responsabilidade de assegurar o fornecimento alimentar às suas valências internas e externas, incluindo o SAD, CD, ERPI e escolas. Para garantir um serviço de qualidade, orientado para as necessidades dos utentes, foram realizadas ações contínuas de monitorização e melhoria, através de visitas regulares aos mesmos.

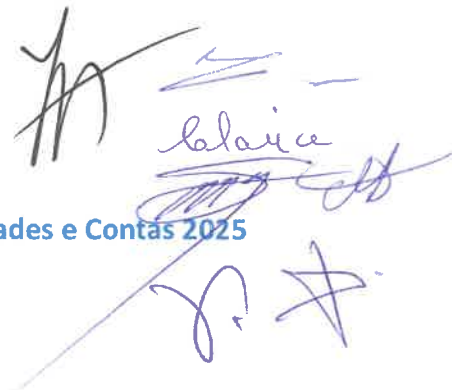
Ano	Refeições servidas			Serviços Extras
	Escolas	Internas	SAD	
2024	4419	2790	2170	1500
2025	4700	2795	2185	972

[Handwritten signatures and initials]
 blarice

Como verificado na tabela acima, constatamos que ocorreu um aumento significativo das refeições escolares e um pequeno aumento das refeições destinadas aos idosos, quando comparados com o ano anterior. Constatamos ainda que, apesar dos nossos esforços, ocorreu uma pequena diminuição dos serviços extra que fornecemos à população, devido ao facto de não nos ter sido adjudicado o serviço escolar das férias desportivas da junta de freguesia. Procuraremos reduzir esta diminuição no presente ano.

A AMPO mantém a ambição de rentabilizar o potencial deste setor, assumindo desafios não apenas de carácter municipal, mas também junto de entidades privadas. Trata-se de um serviço que se distingue pela qualidade e que procura responder de forma eficaz às necessidades de todos os que recorrem à instituição.

<i>Previsão do Ano 2025 VS Real</i>			
<i>Material</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Estimado Real</i>	<i>Valor Real Gasto</i>
<i>Fardas</i>	<i>5</i>	<i>150,00€</i>	<i>187,65€</i>
<i>Material/Necessidades não planeadas</i>			
<i>Máquina de Sumo</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>750,00€</i>
<i>Varinha mágica</i>	<i>3</i>	<i>-</i>	<i>75,00€</i>
<i>Cobertura exterior</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>80,00€</i>



4. Anexo às Contas

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 282, Série III, de 09/12/1986, com sede na Rua Pedro Maria da Fonseca, 144.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

lolauice


Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

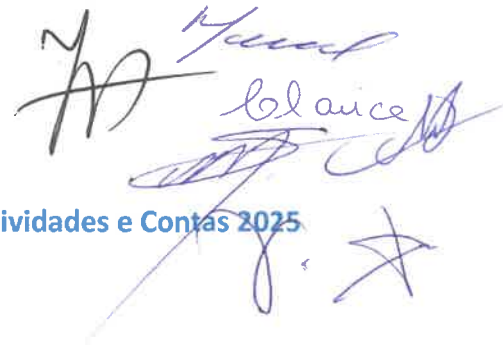
A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

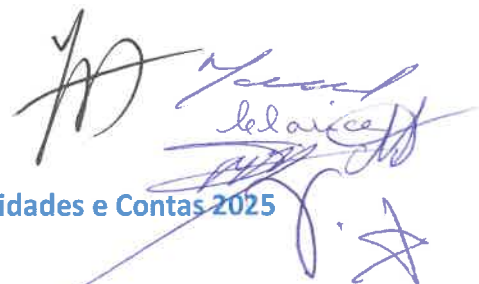
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e



d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	1
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50 ou 20
Equipamento básico	5 ou 8
Equipamento de transporte	5 ou 8
Equipamento administrativo	3 e 4
Outros Ativos fixos tangíveis	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu



justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



Handwritten signature and stamp in blue ink, including the word "balanço" and a star symbol.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.



3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo



do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

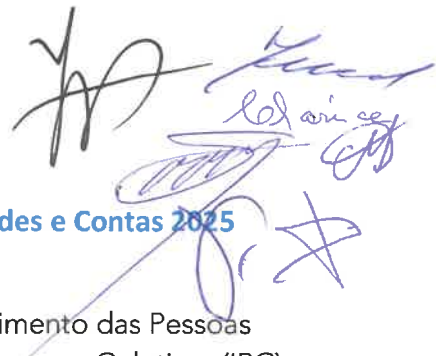
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

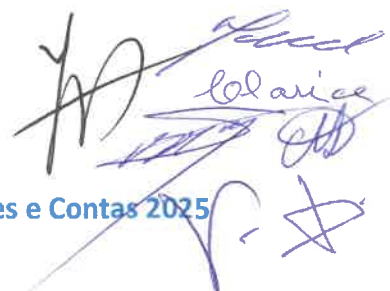
- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4 Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Brutos

Descrição	Saldo inicial 2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo final 2025
Terrenos e recursos naturais	172 921,70				172 921,70
Edifícios e outras construções	2 368 092,44	10 752,66			2 378 845,10
Equipamento básico	164 178,35	7 103,29		960,38	170 321,26
Equipamento de transporte	231 861,10		35 668,68		196 192,42
Equipamento administrativo	71 907,57	1 193,10		572,00	72 528,67
Equipamento biológico	0,00				0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
Total	3 012 843,94	19 049,05	35 668,68	1 532,38	2 994 691,93

Depreciações acumuladas

Descrição	Saldo inicial 2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correções e Transferências	Saldo final 2025
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	567 603,87	67 957,12		2 455,57	633 105,42
Equipamento básico	115 247,62	10 804,84		-2 035,06	128 087,52
Equipamento de transporte	160 757,58	13 085,51	35 668,92	638,07	138 812,24
Equipamento administrativo	63 596,53	313,09		117,56	63 792,06
Equipamento biológico	0,00				
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00				
Outros Ativos fixos tangíveis	3 882,78				3 802,78
Total	911 088,38	92 160,56	35 668,92	1 176,14	967 680,02



Gastos com Depreciações

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo inicial 2024	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	68 595,47			67 957,12
Equipamento básico	7 521,89			10 804,84
Equipamento de transporte	13 547,83		35 6368,92	13 085,51
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	2 499,20			313,09
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	92 164,39	0,00	35 6368,92	92 160,56

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes:

Descrição	Saldo inicial 2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
Terrenos doados						
Artº R-002022	0,00	23,19				23,19
Artº R-002903	0,00	37,85				37,85
Artº R-003885	0,00	86,03				86,03
Artº R-004120	0,00	15,64				15,64
Artº R-004132	0,00	22,77				22,77
Artº R-005255	0,00	12,71				12,71
Artº R-005257	0,00	12,71				12,71
Edifícios						
Artº U-000573	0,00	38 950,00				38 950,00
Total	0,00	39 160,90	0,00	0,00	0,00	39 160,90

5 Ativos intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações. Não aplicável.



6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Empréstimos e Descobertos Bancários

	2024	2025
Não corrente		
Empréstimos Bancários	670 162,15	593 828,06
	670 162,15	593 828,06
Correntes		
Outros Empréstimos	50 300,00	12 300,00
	720 462,15	606 128,06

Gastos e Perdas Financeiras

	2024	2025
Juros	37 461,2	27 064,93
Outros Gastos em Perdas Financeiras	57,49	325,97
	37 518,69	27 390,90

7 Inventários

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	4 240,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, sub. e de consumo	22 596,68	0,00	0,00	12 224,34	0,00	0,00	6 943,41
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	26 836,79	0,00	0,00	12 224,34	0,00	0,00	6 943,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					450 126,93		394 715,73
Variações nos INV. da produção					0,00		0,00



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Cláudia' and a star symbol.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	138,73	113,82
Prestações de Serviços		
Quotas de Utilizadores	681 180,96	598 718,18
Quotas e joias	6 456,00	7 686,00
Refeições Escolares	201 113,96	210 902,09
ISS, IP	499 247,93	457 181,62
Juros		
Royalties		
Dividendos		
Total	138 8137,58	127 4601,71

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the word "Balancete" and a star symbol.

10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Outras Entidades Publicas	265 461,01	278379,42
Total	265 461,01	278379,42

11 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de "50" e em 31/12/2024 foi de "50".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	779 161,56	760 382,47
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	162 354,10	99 392,00
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	26 060,13	18 691,64
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 830,60	5 041,51
Total	970 406,39	883 507,62

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	11 191,99	11 191,99
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	11 191,99	11 191,99

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	19 239,20	20 337,65
Utentes	37 155,39	28 376,44
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		-37 477,74
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	56 394,59	11 236,35

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	-1 708,76	-1 708,76
Total	-1 708,76	-1 708,76

13.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Liliana'.

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	47,80
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 272,51	13 272,51
Outras operações	-178,05	-96,90
Outros Devedores	10 116,13	35 582,74
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	23 210,59	48 806,15

13.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer	116 221,26	121 836,80
Total	116 211,26	121 836,80
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

13.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
FCT, FCT AMPO	11 191,99	11 191,99
Total	11 191,99	11 191,99

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	277,87	1238,80
Depósitos à ordem	103 987,63	80 175,85
Depósitos a prazo	120 000,00	120 000,00
Outros		
Total	224 265,50	201 414,65



13.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43 278,66	0,00	0,00	43 278,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 025 971,30	0,00	-17 690,34	1 008 280,96
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	451 301,12	0,00	-19 065,87	432 235,25
Total	1 520 551,08	0,00	-36 756,21	1 483 794,87

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	60 395,08	37 477,74
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	60 395,08	37 477,74

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 181,07	5 723,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	3 181,07	5 723,14
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 123,81	9 078,07
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	34 651,49	26 437,86
Outros Impostos e Taxas	3 402,54	3 402,54
Total	45 177,84	38 918,47



13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		-47,80
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		178,05		96,90
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		17 708,51		17 708,51
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-10 116,13		-35 582,74
Total	0,00	7 770,43	0,00	-17 825,13

13.11 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	0	0
Total	0,00	0,00

13.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	63 440,13	39 201,57
Legados	0,00	0,00
Total	63 440,13	39 201,57

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	63 403,46	89 681,97
Materiais	10 818,73	5 596,71
Energia e fluidos	111 981,77	95 327,77
Deslocações, estadas e transportes	2 421,22	2 174,66
Serviços diversos	36 896,87	32 667,03
Total	225 522,05	225 448,14



13.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	20 317,56	22 434,74
Descontos de pronto pagamento obtidos	45,00	2,07
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	1 284,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 150,00	0,00
Outros rendimentos	347 028,08	363 056,37
Total	368 540,64	386 777,18

13.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	69 154,18	39 212,19
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	3 269,37	1 018,67
Total	72 423,55	40 230,86

13.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	27 390,90	37 518,69
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	27 390,90	37 518,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	1 950,79
Total	0,00	1 950,79
Resultados Financeiros	-27 390,90	-35 567,90

13.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela direção em 25 de Março de 2026.

5. Indicadores de rubricas de maior impacto

Despesa - %

	2025	% em 2025	2024	% em 2024
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	36 344,07	16,11%	45 732,79	20,29%
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	501,44	0,22%	939,96	0,42%
HONORÁRIOS	415,74	0,18%	1 248,45	0,55%
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	24 964,49	11,07%	40 339,10	17,89%
MATERIAIS	10 818,73	4,80%	5 596,71	2,48%
ELECTRICIDADE	70 531,43	31,27%	45 069,97	19,99%
COMBUSTÍVEL	14 635,27	6,49%	17 462,97	7,75%
AGUA	23 283,34	10,32%	23 719,88	10,52%
GAS	3 531,73	1,57%	9 074,95	4,03%
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	27 651,01	12,26%	22 729,04	10,08%
SERVIÇOS DIVERSOS	10 390,38	4,61%	9 977,99	4,43%
SERVIÇOS BANCARIOS	1 177,22	0,52%	1 381,67	0,61%
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1 310,20	0,58%	2 174,66	0,96%
FSE	225 555,05		225 448,14	
GASTOS COM PESSOAL	970406,39		883 507,62	
GASTOS COM PESSOAL	970406,39		883 507,62	



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO

6. Demonstrações financeiras




Relatório de Atividades e Contas 2025




ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2025

Contribuinte: 501488294
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2025	31 REG 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 027 011,91	2 100 123,42
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		11 191,99	11 191,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		39 160,90	0,00
		2 077 364,80	2 111 315,41
Activo corrente			
Inventários		6 943,41	12 224,34
Créditos a receber		56 630,19	49 983,45
Estado e outros entes públicos		3 181,07	5 723,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		3 143,98	3 143,98
Outros ativos correntes		62 063,21	92 405,76
Caixa e depósitos bancários		224 265,50	201 414,65
		356 227,36	364 895,32
Total do ativo		2 433 592,16	2 476 210,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 008 280,96	1 025 971,30
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		432 235,25	451 301,12
		1 483 794,87	1 520 551,08
Resultado líquido do período		37 466,02	-26 980,43
Total dos fundos patrimoniais		1 521 260,89	1 493 570,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		593 828,06	670 162,15
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		593 828,06	670 162,15
Passivo corrente			
Fornecedores		60 395,08	37 477,74
Estado e outros entes públicos		49 360,14	41 555,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		12 300,00	50 300,00
Diferimentos		3 665,60	0,00
Outros passivos correntes		192 782,39	183 144,92
		318 503,21	312 477,93
Total do passivo		912 331,27	982 640,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 433 592,16	2 476 210,73


A Direcção

183400704



25618

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501488294

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		1.388.104,43	1.274.086,66
Subsídios, doações e legados à exploração		63.440,13	39.201,57
Subsídios de Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais		0,00	0,00
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações, heranças e legados		63.440,13	39.201,57
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		394.715,73	450.126,93
Fornecimentos e serviços externos		225.522,05	225.448,14
Gastos com o pessoal		970.406,39	883.507,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		368.540,64	386.777,18
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correcções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		7.867,07	5.929,98
Outros rendimentos		360.673,57	380.847,20
Outros gastos		72.423,55	40.230,86
Correcções relativas a anos anteriores		1.674,15	357,08
Correcções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correcções de anos anteriores		1.674,15	357,08
Outros gastos		70.749,40	39.873,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		157.017,48	100.751,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		92.160,56	92.164,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64.856,92	8.587,47
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	1.950,79
Juros e gastos similares suportados		27.390,90	37.518,69

Continua...

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501488294

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Resultados antes de impostos		37.466,02	-26.980,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		37.466,02	-26.980,43



183400704
 25618


7. Parecer do Conselho Fiscal

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, o Conselho Fiscal da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, no exercício das competências de fiscalização que lhe estão atribuídas, procedeu à análise do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do Anexo às Contas, do Balanço e da Demonstração dos Resultados por naturezas apresentados pela Direção .

Da análise efetuada resulta que a Associação apresentou, em 31 de dezembro de 2025, um total do ativo de 2.433.592,16 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.521.260,89 euros e um passivo de 912.331,27 euros . No mesmo exercício, foi apurado um resultado líquido positivo de 37.466,02 euros, em contraste com o resultado líquido negativo de 26.980,43 euros verificado no exercício de 2024 .

Verifica-se igualmente um aumento de vendas e serviços prestados para 1.388.104,43 euros, face a 1.274.086,66 euros em 2024, bem como uma redução dos financiamentos obtidos de 670.162,15 euros para 593.828,06 euros, elementos que evidenciam melhoria do desempenho económico e redução do endividamento financeiro da instituição . O relatório de atividades descreve ainda a atividade desenvolvida nas respostas sociais de ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, bem como a execução de despesas operacionais e investimentos associados ao funcionamento da Associação durante 2025 .

O Anexo às Contas refere que as demonstrações financeiras de 2025 foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL e aprovadas pela Direção em 25 de março de 2026 . Também é referido que não eram conhecidos, à data de elaboração do anexo, acontecimentos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 .

Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025 traduz, de forma adequada, a atividade desenvolvida e a situação patrimonial e financeira da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, pelo que propõe à Assembleia Geral a sua aprovação .

Sem prejuízo do parecer favorável, considera-se recomendável a continuação da política de consolidação financeira da instituição, o acompanhamento regular da evolução dos gastos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, bem como a manutenção de procedimentos rigorosos de suporte documental e controlo interno.

O Conselho Fiscal

Presidente:

1.º Vogal: Carolina da Silva Soares Silva

Assinado por: João Carlos Dias Mesquita
Num. de Identificação: BI06965306
Data: 30-03-2026 20:04:31 +01:00